

Críticas à intervenção de Itamar

JORNAL DE FOLHA

■ Economistas temem que interferência do presidente comprometa sucesso do plano para estabilização da economia

CONSUELO DIEGUEZ E
LUCILA SOARES

A Medida Provisória que estabeleceu a conversão das mensalidades escolares pela média em cruzeiros reais é um risco para o plano econômico. Não pelas consequências imediatas, mas por comprovar, inequivocamente, a volta da intervenção populista do presidente Itamar Franco na economia. E se essa intervenção resvalar para áreas nevrálgicas, como taxas de juros ou para medidas de força na área de preços, o plano econômico nascerá desvirtuado. Esta é a avaliação dos economistas Dionísio Carneiro, da PUC-RJ, Sérgio Werlang, da FGV, Francisco de Assis Moura de Mello, ex-diretor do IBGE, e do cientista político Sérgio Abranches. Eles afirmam que a decisão sobre as mensalidades é um grande equívoco. Dionísio Carneiro não mede palavras para expressar sua preocupação:

“É assustador que na fase final de transição ocorram tumultos como esse, com o presidente querendo virar ministro da Fazenda, e preocupante que se politizem questões absolutamente técnicas”, diz ele, avaliando que com as últimas ingerências na economia, o presidente “volta a se comportar como em 92, quando as suas interferências acabaram por derrubar três ministros da Fazenda”.

Para Carneiro, não faz sentido o presidente entrar nessas questões técnicas e, muito menos, criticar as altas taxas de juros. “Isso tem um efeito muito negativo, pois se ele é quem manda, ele sinaliza que quer juros baixos. Está na hora de Itamar assumir o seu governo. As taxas de juros altas são uma estratégia do seu governo. Da forma como ele fala, parece que o governo que pratica juros altos não é o seu”. Em sua opinião, a MP das escolas é um erro porque, ao invés de buscar o equilíbrio, tenta corrigir erros passados impondo pesadas perdas a uma das partes. “Isso pode desmoralizar o plano”.

Vulnerabilidade — Para Sérgio Abranches, o mais grave é a vulnerabilidade demonstrada pelo

ministro Rubens Ricupero diante dos “arroubos personalistas” do presidente. Ele lembra que a sociedade vem cobrando do governo não só resultados do plano na área de preços como definições sobre mensalidades, aluguéis e outros itens da vida cotidiana, e isso abre espaço para o intervencionismo de Itamar Franco. O ministro e a equipe teriam que se antecipar para conseguir impor critérios técnicos a essas definições.

Sérgio Werlang faz coro, considerando essa forma de conversão das mensalidades “maluquice completa”.

“O presidente da República se meteu em uma área que ele não entende. Nessas conversões tem que se buscar um equilíbrio, porque senão o plano fica comprometido no princípio de que todos os contratos seriam negociados. O governo tem que tomar muito cuidado agora com os aluguéis, para não tumultuar ainda mais o processo de conversão”.

Moura de Mello lembra que o governo criou um impasse com a edição da Medida Provisória de conversão das mensalidades escolares pela média em cruzeiros reais. Se as escolas acatarem a decisão, estará criada uma bomba de efeito retardado para a inflação do real. Isto porque as escolas não suportariam por muito tempo trabalhar com rendimentos 50% menores que os atuais e teriam que renegociar os valores, já na nova moeda.

Caso a rebelião contra a medida iniciada no próprio dia de sua edição resulte na manutenção dos valores atuais das mensalidades, cria-se um outro problema: um grau adicional de confusão na reta final do plano de estabilização. “A intenção de agradar a classe média pode resultar em uma insatisfação generalizada e em desconfiança quanto ao futuro do plano”, diz Mello. “Ou foi uma decisão baseada em critério nenhum, ou o governo tem como provar que as margens de lucro das escolas eram as mais altas de toda a economia brasileira. E eu aposto na primeira alternativa”, diz ele.